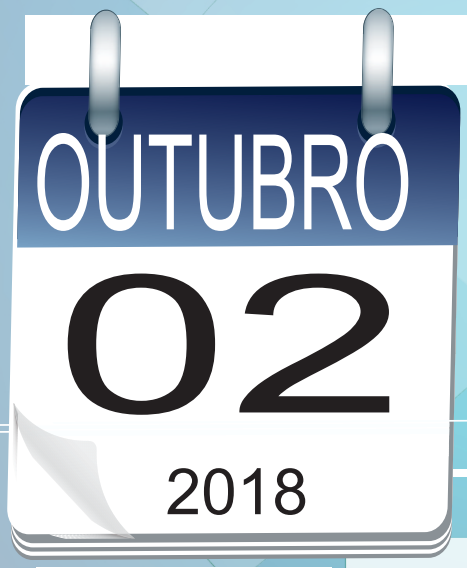
# CLIPPING

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS




LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

**ASSESSORIA DE IMPRENSA**
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 02/10

# 4 mil tornozeleiras sem monitoramento

**CRISE** Empresa responsável por equipamentos anuncia que vai parar com o serviço, caso o Estado não pague dívida de mais de R$ 5,4 milhões. Rocha Loures está entre os vigiados

**Thalys Alcântara**
thalys.alcantara@opopular.com.br

O monitoramento de cerca de 4 mil presos em Goiás pode ser suspenso nesta semana. Responsável pela instalação e acompanhamento das tornozeleiras eletrônicas, a Spacecom, de Curitiba (PR), comunicou que vai paralisar o serviço a partir das 14 horas de amanhã, caso não receba repasses atrasados do Estado até hoje. Segundo a empresa, o valor a ser quitado é de R$ 5.485.060,73, relativo a serviços já prestados e aprovados pela Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) desde fevereiro de 2017. Isso sem considerar juros e multas contratuais.

A paralisação deste serviço significa que o Estado não terá mais acesso ao sistema que mostra onde estão sentenciados com o aparelho de monitoramento. Além disto, a suspensão do serviço também impede o fornecimento e a instalação de novos equipamentos. Desde a rebelião no início do ano no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, quando nove detentos morreram, todos os presos do regime semiaberto usam tornozeleira. Eles representam 39% do total de monitorados. O restante são presos em saída provisória, regime domiciliar ou provisórios, que aguardam julgamento (*veja quadro*).

Entre os monitorados com tornozeleira que podem ficar fora do mapa está o ex-deputado e ex-assessor especial do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), preso em junho do ano passado depois de ser flagrado pela Polícia Federal (PF) recebendo uma mala de R$ 500 mil. Segundo delatores, o valor seria propina da empresa alimentícia JBS. Já o empresário Carlos Augusto de Oliveira Ramos, o Carlos Cachoeira, condenado por fraudes na Loteria do Rio de Janeiro, deve voltar a ser monitorado ainda hoje, após decisão judicial.

A Spacecom comunicou sobre a possibilidade da paralisação na semana passada. Ela alega que o contrato prevê que a contratada tem o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações em casos de atrasos no pagamento superiores a 90 dias.

Segundo comunicado da empresa, a maior parte da dívida (R$ 3.119.965) é referente ao contrato de 2018, que estaria com parcelas atrasadas desde maio. O restante (R$ 2.365.105,73) é de serviços prestados no ano passado, de um contrato de 2014. A DGAP informou que está em tratativa com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) para o pagamento das faturas de maio a agosto.

> *"Se desligar, todos os presos do regime semiaberto vão ficar sem monitoramento. Não vai ter nem com ir atrás para prender"*
>
> **Marcelo Celestino, promotor do MP-GO**

### DÍVIDA ANTIGA

O promotor Marcelo Celestino, que acompanha de perto o sistema prisional do Estado, explica que os valores do ano passado não foram pagos por conta de um mal-entendido entre a empresa e o Estado sobre o cumprimento do contrato. Uma comissão teria chegado à conclusão que a Spacecom deveria ter oferecido um funcionário fixo para a instalação de equipamentos, ao invés de enviar o trabalhador apenas no momento do procedimento. "Em razão disso, a Diretoria quer descontar uma grande quantidade de recurso alegando que não cumpriram o contrato", explica.

Celestino interpreta que esta tentativa de revisar o contrato é uma maneira da DGAP não pagar as empresas contratadas em dia. "O Estado não tem dinheiro e está procurando motivos para não pagar. O governo tem que ter essa responsabilidade de contornar para evitar (a suspensão do serviço), porque se desligar, todos os presos do regime semiaberto vão ficar sem monitoramento. Não vai ter nem com ir atrás para prender."

Segundo a DGAP, representantes da Spacecom serão convidados para participar de uma reunião sobre o assunto às 14 horas de hoje na sede da Sefaz para a consolidação de um acordo. Até o fechamento desta edição, a empresa afirmou não ter recebido convite para a negociação.

## Como funciona

Uso de tornozeleiras eletrônicas em Goiás alcança cerca de 4 mil pessoas atualmente. Serviço pode ser suspenso por causa de dívida do Estado com a empresa Spacecom

**NÚMEROS**

- Hoje, o total de monitorados é de cerca de **4 mil**
- Cada monitorado custa, média de **R$ 210**
- O custo inclui o equipamento e o serviço de monitoramento
- Dívida do Estado com a empresa supera os **R$ 5,4 milhões**

**QUEM TEM ACESSO?**

- Presos provisórios (que aguardam julgamento)
- Presos em regime domiciliar
- Presos do regime semiaberto
- Podem ser usadas em saídas temporárias, como indultos

**COMO FUNCIONA?**

- A Justiça determina a área que ele pode ou não permanecer
- O dispositivo emite sinal de localização via GPS
- Caso desobedeça regras, pode regredir de pena
- O preso precisa ter cuidado para que o equipamento esteja sempre ligado

**COMO É O EQUIPAMENTO?**

- Pesa cerca de 200 gramas e é resistente à água e poeira
- Usa bateria, que precisa ser carregada diariamente em tomada 220V
- Uma fita emborrachada é presa a uma das canelas e não pode ser rompida
- No caso do rompimento, a central é informada imediatamente

**PODE**

- Sair para estudar, trabalhar e frequentar igrejas/cultos religiosos
- Percorrer apenas os limites determinados pelo juiz na decisão

**NÃO PODE**

- Dormir fora de casa e frequentar bares e casas noturnas
- Deixar a bateria acabar e romper as fitas ópticas

**LEI**

O uso da tornozeleira eletrônica no Brasil está previsto na lei nº 12.258/2010, que alterou a Lei de Execução Penal e na lei 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal

Fonte: Ministério da Justiça, DGAP e CNJ

# Cachoeira deve voltar a usar tornozeleira a partir de hoje

**Catherine Moraes**
catherine.moraes@opopular.com.br

O empresário Carlos Augusto de Oliveira Ramos, o Carlos Cachoeira, deve voltar a usar tornozeleira eletrônica a partir de hoje. O juiz Oscar de Oliveira Sá Neto, da 3ª Vara de Execução Penal, acatou pedido do Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO) e determinou que o contraventor volte a ser monitorado.

Uma outra decisão de 20 de agosto, do juiz substituto Levine Raja Gabaglia Artiaga, havia retirado a tornozeleira do empresário e permitido que ele fizesse viagens de trabalho de até três dias para qualquer lugar do País e, de lazer, se previamente autorizadas.

Cachoeira foi condenado a quatro anos de prisão por fraudes na Loteria do Rio de Janeiro e cumpre pena em regime semiaberto há cerca de três meses. Como ele possui um trabalho em uma empresa de materiais hospitalares, em Aparecida de Goiânia, não precisa dormir na cadeia.

A decisão para voltar a ser monitorado é da última sexta-feira, mas a ordem judicial chegou ontem até a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP). Ainda ontem o equipamento foi adquirido e deve ser instalado hoje.

Segundo as cautelares da decisão atual, Cachoeira está autorizado a exercer suas atividades de trabalho apenas em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Em dias da semana, Carlos Ramos precisa estar em casa das 20 horas às 5 horas. Aos sábados, domingos e feriados ele precisa se recolher em sua residência em período integral.

Carlos também tem a obrigação de receber visita da fiscalização da Central Integrada de Monitoração Eletrônica e não pode frequentar bares, boates e casas noturnas, bem como está proibido de ingerir bebidas alcoólicas.

A defesa do empresário informou que não havia sido notificada da decisão judicial até o fechamento desta edição. No entanto, o advogado Cleber Lopes disse já ter entrado com um recurso chamado agravo de execução para que seu cliente volte ser dispensado da tornozeleira.

Segundo Lopes, Cachoeira necessita viajar para Brasília por conta de seu trabalho e o monitoramento da tornozeleira não tem alcance o suficiente. (Colaborou Thalys Alcântara).

O POPULAR 02/10

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

# Saneago conclui testes na interligação de sistemas

A Saneago concluiu ontem a fase de testes da adutora que fará a integração entre a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Produtor Mauro Borges e a ETA do Sistema Meia Ponte. O processo de transposição foi realizado por meio da construção de uma adutora com 12,5 quilômetros de extensão, 700 milímetros de diâmetro e capacidade de vazão de até 800 litros por segundo.

A adutora passou por um processo de desinfecção, o que o presidente da Saneago chama de "vazão ecológica", em que a água que faz a limpeza da tubulação sai da bacia João Leite, passa pelo canal e volta para o Meia Ponte.

A integração entre os dois sistemas possibilita o envio de água tratada do Mauro Borges ao Meia Ponte, caso a vazão deste rio sofra grande redução, como ocorreu no ano de 2017. Ao todo, o projeto envolveu três travessias sobre mananciais e duas sob rodovias. O trabalho foi feito com recursos e mão de obra próprios por R$ 20 milhões.

DIÁRIO DA MANHÃ 02/10



# Fio Direto

SUELY ARANTES

## Outro "esforço"

O presidente da Assembleia, José Vitti (PSDB), anuncia outro "esforço concentrado" para hoje, com a intenção de apreciar e votar 51 processos legislativos, entre eles o Orçamento Impositivo. Constam ainda da pauta mensagens do Governo, da Mesa Diretora e dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

## Fio desencapado

A expectativa de Vitti é de votação da PEC do Orçamento Impositivo, em segunda fase. É que próxima sessão ordinária será convocada para o dia 9, terça-feira, após as eleições. A desculpa desta vez para a não realização de sessões é um reparo na subestação elétrica da Assembleia. Tinha outro dia não?

O HOJE 02/10

# Adutora deve evitar falta de água e rodízio

**Obra inaugurada** ontem vai evitar o desabastecimento, caso haja algum problema em uma das estações





*A estrutura tem 70 centímetros de diâmetro e capacidade de vazão de 800 litros de água por segundo*

**RAUNNER VINÍCIUS SOARES***

A inauguração, ontem (1), da adutora que liga as estações de tratamento de água dos sistemas Mauro Borges e Meia Ponte tem 12,5 Km de extensão e vai evitar o desabastecimento caso haja algum problema em uma delas. A obra demorou 8 meses e custou R$ 20 milhões.

Os custo de R$ 20 milhões foram pagos com recursos da Companhia de Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO). Desde a última sexta-feira (28), a adutora passa pelo processo de lavagem e desinfecção. Já na manhã de ontem (1), a água ainda estava sendo tratada com cloro para a descontaminação da tubulação.

A estrutura tem 70 centímetros de diâmetro e capacidade de vazão de 800 litros de água por segundo. É o suficiente para abastecer uma cidade com 334 mil habitantes. A adutora atravessa os rios João Leite, Meia Ponte e o Samambaia. Além dos rios, o encanamento passa embaixo das rodovias GO-080 e GO-402.

Segundo a empresa, o encanamento sai do Mauro Borges com 0,3% de turpidez, que é a diminuição da sua tranparência da água. Porém, chega com 0,6% uma quantidade que não é a ideal para jogar no sistema.

Os sistemas Mauro Borges e Meia Ponte abastecem cerca de 90% da Grande Goiânia. O restante recebe água de estações independentes. A Saneago espera integrar toda a rede até 2020. A obra de união dos sistemas deve custar R$ 260 milhões e começar ainda neste mês.

Atualmente, a vazão do Rio Meia Ponte, que abastece a maior parte da Grande Goiânia, é de 3.449 litros por segundo. Do total, 2 mil são retirados para o abastecimento da população. Mesmo sem a preocupação de faltar água, ele reforça a necessidade de se tomar medidas para proteger o manancial.

A ideia é fazer com que o volume do Ribeirão João Leite, que não sofre com problemas de desabastecimento, seja distribuída e abasteça o outro sistema. Por isso, de acordo com a assessora de expansão, mesmo depois de concluída a interligação só será utilizada em casos em que a vazão do Meia Ponte for inferior a 2,3 mil litros por segundo. Na última terça-feira (25), em que foi realizada a medição mais recente, a vazão registrada foi de 3,8 mil litros por segundo.

## Seca

A obra de integração é uma garantia para que o fornecimento de água aos bairros atendidos pelo Sistema Meia Ponte não seja afetado. A Saneago afirma, por meio de nota, que trabalhou intensamente para minimizar os impactos do período de seca no abastecimento da população de Goiânia e Região Metropolitana.

De acordo com a Companhia, mesmo com a construção da adutora para transpor a água de um sistema para outro, há necessidade do consumo consciente de água potável se manter. Só o Meia Ponte é responsável por atender 52% da demanda da Capital e em parte da Região Metropolitana de Goiânia.

Caso eventualmente a vazão do Meia Ponte fique abaixo de 1,5 mil litros por segundo, entrará em ação o Plano de Racionamento da Grande Goiânia apresentado pela Saneago e aprovado no final de agosto pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), que apresenta um esquema de rodízio de água de acordo com a alternância no fornecimento, definindo os bairros e a quantidade de pessoas afetadas. **(Raunner Vinícius Soares** *é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades* **Rhudy Crysthian)**

# MPF suspende validade de concurso público para professor da UFG

PUBLICADO EM 01 OUTUBRO 2018 - REDAÇÃO /

Goiânia UFG Concurso da UFG




A 3ª Vara da Justiça Federal (JF) de Goiás deferiu parcialmente, na última quinta-feira (27), pedido de liminar feito em Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público Federal (MPF) em Goiás e suspendeu a validade do concurso público feito pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

O certame, realizado em abril deste ano, foi para o provimento do cargo de Professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) daquela universidade, na área de Educação Infantil.

De acordo com a ação, não houve publicação de aviso público com os nomes dos membros da banca examinadora. Além disso, foram violados os princípios da legalidade e da impessoalidade da Administração Pública em razão de vínculo de amizade existente entre candidata aprovada na primeira colocação do certame e uma das professoras componentes da banca examinadora. “Em razão da não publicação do aviso público, os candidatos inscritos no certame não tiveram a possibilidade de arguir eventuais suspeições e impedimentos dos membros da banca”, esclarece a procuradora da República Viviane Vieira de Araújo, autora da ação.

Na decisão, o juiz federal Hugo Otávio Tavares Vilela destacou que a comunicação entre a Administração e os participantes de um concurso deve primar pela clareza e pela objetividade. No caso, a composição da banca examinadora não foi dada a conhecer por aviso específico, mas sim por inclusão de arquivo em pastas relacionadas ao calendário do concurso, o que indica que o acesso à informação em tempo hábil pelos candidatos foi dificultada. Com isso, não foram dadas aos participantes as devidas condições para que recorressem da banca, descumprindo-se o art. 20 da Lei 9.784/1999. Além disso, ficou confirmado o indicativo de amizade íntima entre membro da banca examinadora e a candidata aprovada em primeiro lugar.

A reportagem do Sagres Online entrou em contato com a assessoria de imprensa da UFG, mas até esta publicação não recebeu retorno.